015ª Audiência Pública 23JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo nº 027/25, que dispõe sobre as competências, requisitos e etapas do processo de habilitação para o exercício das funções gratificadas de diretor de escola e vice-diretor de escola, no âmbito das escolas municipais de Porto Alegre, e revoga a Lei Municipal n 12.659, de 8 de janeiro de 2020.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/25, QUE DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, REQUISITOS E ETAPAS DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR DE ESCOLA E VICE-DIRETOR DE ESCOLA, NO ÂMBITO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE, E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 12.659, DE 8 DE JANEIRO DE 2020. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 23 de junho de 2025, às 09 horas, através de videoconferência pela plataforma *Zoom* (https://zoom.us/), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141277. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do *e-mail:* audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo *Youtube* em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara.
Porto Alegre, 16 de junho de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA,** Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (9h06min) Bom dia, senhoras e senhores. Estamos dando início à nossa audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo nº 027/25, que dispõe sobre as competências, requisitos e etapas do processo de habilitação para o exercício das funções gratificadas de diretor de escola e vice-diretor de escola, no âmbito das escolas municipais de Porto Alegre, e revoga a Lei Municipal nº 12.659, de 8 de janeiro de 2020. Esta audiência pública foi solicitada pelo Simpa e, conforme as nossas audiências públicas, esta acontecerá da seguinte forma: 10 minutos para o governo – já temos aqui o secretário municipal da Educação, Leonardo Pascoal, que fará uso da palavra em breve –; 10 minutos para a apresentação

do projeto; após, 10 minutos para a apresentação de contra-argumentos, melhor dizendo, pelo Simpa. Depois, abriremos, em seguida, as inscrições via *chat*, solicitando às pessoas que coloquem seu nome completo e que digam se são favoráveis ao projeto ou não, porque teremos cinco pessoas inscritas falando favoravelmente e cinco pessoas inscritas falando contrariamente. Por fim, falará o Simpa, para as suas argumentações finais e, após, o governo, para considerações finais. Quero aqui registrar a presença do secretário de Governo, André Coronel; o secretário adjunto Maurício também está conosco – desculpem, não estou vendo todos aqui.

Iniciamos. O diretor legislativo vai abrir, a partir de agora, o *chat* para as inscrições, cinco a favor, lembrando que precisamos do nome completo e que digam “sou a favor do projeto” ou “sou contrário ao projeto”, para que a gente possa fazer as inscrições e transcorrer da melhor forma possível.

Os vereadores que se fazem presentes na audiência podem mandar diretamente no grupo de vereadores Legislatura25/28, grupo que nós temos de vereadores, pois ali estarei fazendo também a inscrição de cada vereador, que, a qualquer tempo, a qualquer momento, poderão utilizar. Quero dizer que cada inscrito terá cinco minutos e, quando faltar um minuto, eu vou dizer “um minuto”, a pessoa encerra por mais um minuto e está feita a sua divulgação, enfim.

Vou pedir para todos fecharem seus áudios. Dizer que estamos também com a Seção de Registros de Pronunciamentos e Anais da Câmara de Vereadores, informando que a transcrição completa desta audiência pública pode ser solicitada por meio do *e-mail*: pronunciamentos@camarapoa.rs.gov.br, e estará disponível também no *site* da Câmara Municipal, na guia “Atividade Parlamentar/Audiências Públicas”.

Estamos também sendo... Por gentileza, acho que a Cindi está com o áudio aberto; a Bete Charão...

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Vereadora, bom dia. Pedi para que ela abrisse o microfone, porque quero fazer uma solicitação, que é a de dividir o tempo do Simpa, de fala inicial, com a ATEMPA, a Rosele.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sem problema nenhum. Cinco minutos, e eu aviso para cada uma quando faltar um minuto, *ok*? ATEMPA, a Rosele, e Simpa, a Cindi.

Feitas as considerações iniciais, eu passo a palavra ao governo, Secretaria Municipal de Educação ou o Governo... Fiquem à vontade para dividirem o tempo, se assim desejarem.

SR. ANDRÉ CORONEL: Vou abrir os trabalhos. Bom dia, Ver.ª Comandante Nádia, bom dia às demais pessoas que nos acompanham, secretário Pascoal. Primeiro, indo direto ao ponto, esse projeto é um compromisso oriundo das urnas. Nós temos um compromisso muito cediço, muito firmado, de melhorar a educação aqui em Porto Alegre, e isso passa, obviamente, por uma série de projetos, especialmente sobre a melhoria da gestão das escolas.

Então, esse projeto visa aprimorar a gestão escolar e valorizar profissionais que tenham intimidade com essa área de gestão. Para nós, é basilar que o diretor e o vice-diretor de uma escola tenham conhecimento de gestão pública. Gestão é gerir uma série de situações: gerir pessoas, gerir orçamento, gerir resoluções de problemas, e isso requer uma intimidade com essa área que não é tão simples assim, requer uma série de conhecimentos específicos. Por isso, há necessidade de nós caminharmos na aprimoração desse processo de escolha dos diretores e dos vice-diretores.

Isso não é um modelo exclusivo de Porto Alegre, isso já foi experimentado em outras localidades. O município de Sobral, por exemplo, que é ponto de referência para vários projetos na área de educação, é um dos municípios que adota esse modelo. A gente quer buscar também a valorização profissional dos diretores e dos vice-diretores; estamos criando uma função gratificada específica para esses dois gestores de escolas. Também a comunidade escolar não vai ser afastada do processo; pelo contrário, o plano de gestão escolar vai continuar sendo discutido com a comunidade escolar.

E o outro ponto, já nessa introdução, que eu gostaria de sublinhar é que discussões judiciais sobre esse tema já foram consolidadas no sentido de que não há obrigatoriedade da eleição nas escolas. Então, tanto aqui o Tribunal de Justiça, numa decisão recente, quanto o Supremo Tribunal Federal já consolidaram esse entendimento.

Então, assim, nesta fala inicial, eu gostaria de dizer da vontade e da necessidade que o governo tem, que a Prefeitura tem, de melhorar os seus índices de educação, e, obviamente, isso passa pela melhora dos processos, especialmente de gestão das escolas. Então, eu já passo a palavra ao secretário Leonardo Pascoal, que vai discorrer mais precisamente sobre o projeto.

SR. LEONARDO PASCOAL: Bom dia a todos. Obrigado, secretário Coronel, pela introdução ao nosso projeto. Saúdo a Presidente da Câmara, Ver.ª Comandante Nádia, e cumprimento todos os presentes que enaltecem esta audiência pública importante para a gente discutir um projeto tão estratégico para o Município de Porto Alegre.

Eu quero iniciar dizendo que, hoje, o que a gente tem vigorando em Porto Alegre, fruto de uma decisão judicial de janeiro do Tribunal de Justiça, é o que a Constituição previu, que é competência privativa do chefe do Poder Executivo fazer a designação de qualquer servidor para o exercício de função gratificada. É isso que está vigorando neste momento. Porém, o governo, ao invés de permanecer nesse sentido, optou por enviar um projeto de lei à Câmara, estabelecendo um processo de habilitação para os servidores que desejarem ocupar as funções de diretor e vice-diretor de escolas municipais.

Então, essa é uma disposição da administração municipal, que poderia muito bem fazer a designação livremente de qualquer servidor, como ocorre para qualquer outra função gratificada da estrutura da administração municipal. E aí quero aqui já trazer o primeiro elemento desse projeto, que vai em oposição ao que muito se falou sobre esse tema, que seria para que o governo tivesse CCs nas funções de diretor e vice-diretor. Então, isso não é verdade. O projeto de lei estabelece que podem participar do processo de habilitação tão somente

servidores efetivos do Magistério de Porto Alegre, investidos no cargo de professor, e que tenham determinados pré-requisitos em termos de experiência e de formação. Portanto, só podem participar servidores.

É importante também destacar que esse processo prevê cinco etapas. Então, a gente tem, a partir do processo de inscrição, uma prova teórica objetiva; avaliação individual e também avaliação comportamental; análise de títulos e documentos; e um curso de qualificação com carga horária mínima de 80 horas, que também tem caráter eliminatório. Superadas essas cinco etapas, aquele professor inscrito estará, então, habilitado ou não habilitado para o exercício da função gratificada de diretor ou vice-diretor.

E por que isso? Porque fazemos processo de seleção, por meio de concurso público, para o exercício da função de professor, que requer um conjunto de competências e habilidades que são diferentes das competências e habilidades necessárias para o exercício da função de gestor escolar, especificamente os cargos de diretor e vice-diretor.

Portanto, dentre os professores já selecionados, que integram o quadro efetivo, a gente faz um novo processo para identificar quais possuem as competências e habilidades necessárias para o exercício dessa função. Não necessariamente um bom professor vai ser um bom gestor escolar, e vice-versa também. Então, esse é o espírito deste projeto de lei.

Vão vir críticas falando sobre a avaliação comportamental, porque a gente já teve discussões na Comissão de Educação, enfim, então a gente já conhece boa parte dos argumentos contrários. A avaliação comportamental é para ver se o professor se comporta. Isso também é outra inverdade, porque a avaliação comportamental é um instituto amplamente usado pela psicologia em processos de seleção, seja no âmbito público ou privado.

Vai vir também o argumento dizendo que isso é acabar com a gestão democrática, o que é outra inverdade. O conceito de gestão democrática foi trazido na Constituição Federal, em 1988, no art. 206, e se estabeleceu lá que caberia à lei dispor sobre o que é gestão democrática no ensino. Coube, então, à LDB fazer essa regulamentação, lá no final de 1996, e dizer o que é gestão

democrática. E a LDB, art. 14, trouxe que a gestão democrática é a participação dos profissionais de educação na construção dos projetos político-pedagógicos e também a participação da comunidade escolar por meio dos conselhos escolares e, mais recentemente, em 2023, por meio dos fóruns de conselhos escolares.

Então, em nenhum momento, nem na LDB, tampouco na Constituição Federal, há algo explícito que nos diga que a gestão democrática é a eleição direta para diretor e vice-diretor de escola. Isso é uma narrativa que foi construída ao longo do tempo e que se consolidou na cabeça de muitos, por vezes até para defender alguns interesses específicos, de grupos específicos. Também importante destacar que a própria LDB foi alterada em 2023, portanto, bem recentemente, já sob a égide deste governo, e foi alterada, inclusive, no art.14; e, mesmo assim, em nenhum momento, o legislador lá colocou que a gestão democrática é eleição de diretor e vice-diretor.

Trago outro elemento que foi discutido no Conselho Nacional de Educação, na Câmara de Educação Básica, que é a Resolução CNE/CEB nº 1, de outubro de 2024, que trata das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Uma das cinco dimensões da qualidade na educação infantil é justamente gestão democrática, e, em nenhum momento, essa resolução, que é recente, fala de gestão democrática, em nenhum momento, mais uma vez, ela diz que gestão democrática se dá por meio de eleição de diretores e vice-diretores. Portanto, o legislador, em nenhum momento, estabeleceu dessa forma. Isso é uma narrativa que foi construída.

O que existe é o que está na Constituição Federal, que diz que é prerrogativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, aqui, neste caso, o prefeito municipal, designar os servidores que vão ocupar as funções gratificadas. E é isso o que o prefeito poderia fazer, e assim entendeu o Tribunal de Justiça, já recentemente, no caso específico de Porto Alegre, mas, fartamente, em outras decisões, e o próprio Supremo Tribunal Federal. Mas, baseado no compromisso que a gestão tem de qualificar a educação na capital, enviou-se, então, esse projeto de lei prevendo um processo de habilitação para o exercício dessas funções, que não

seria necessário, mas que o governo faz porque tem esse compromisso com a qualidade da educação. Até porque há fartas evidências científicas; a literatura mostra que o gestor escolar é o segundo elemento mais importante para o êxito de uma unidade escolar, apenas atrás da figura do professor.

Também, para finalizar, Presidente, quero dizer que as falas sempre vêm no sentido de que o governo quer fazer uma intervenção, quer mudar todos os diretores e vice-diretores. Isso foi sustentado lá atrás, no início do ano, quando se obteve a decisão liminar, e a realidade não mostrou isso. Entre mais de 200 gestores escolares, entre diretores e vice-diretores, que poderíamos, sim, por força dessa decisão judicial, ter mudado, a SMED trocou somente três. Portanto, aí, menos de 1,5% do conjunto de gestores escolares que a gente tem. Não existe intervenção desse tamanho. E todos os casos foram baseados em uma série de elementos que, inclusive, ensejaram a abertura de processos de sindicância disciplinar.

Então, foram apenas três casos que demonstram que não é a intenção do governo fazer troca geral e irrestrita de diretores ou nada do gênero. O que a gente quer é melhorar a qualidade das gestões escolares, o que pode ocorrer com os próprios gestores que já estão, e a gente vem trabalhando com eles dessa forma, para que, com isso, a gente tenha um alinhamento programático em torno de um projeto para a educação de Porto Alegre, que é o projeto escolhido pela população nas urnas. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, secretário Leonardo. Foram 11 minutos. O mesmo tempo será destinado ao Simpa. Inicia a Cindi. Quando faltar um minuto para o Simpa, eu aviso, tá, Cindi?

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Muito obrigada. Em primeiro lugar, quero agradecer à Câmara de Vereadores, na pessoa da Presidente, o acolhimento desse pedido de audiência pública. Apesar de nós entendermos que esse é um dos, mas não o principal, espaços de debate sobre o processo da gestão das escolas da rede municipal de ensino, sobre o processo, sim, da gestão

democrática da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Ainda mais levando em consideração o dia e, principalmente, o horário em que esta audiência pública está sendo realizada.

Eu tenho aqui o acesso, são 44 participantes, neste momento, sendo que boa parte é, inclusive, da estrutura da própria Câmara de Vereadores, para garantir que esta audiência pública possa estar acontecendo. Então, quero deixar aqui o registro da nossa inconformidade com o modo como o governo e a Câmara Municipal de Porto Alegre coadunam com essa narrativa, como o secretário fala, de que o processo de debate é público e democrático. Na nossa compreensão, ele não é.

Digo isso para apresentar aqui algumas considerações, do tipo, por exemplo, a LDB prevê, sim, a gestão democrática, no seu corpo. Nós estamos falando aqui de uma experiência de rede municipal, secretário Leonardo, que tem mais de 40 anos que debate a gestão democrática. E tanto é que foi debatida – e não é uma narrativa, são ações concretas – e consolidada, que a própria Câmara de Vereadores concordou em aprovar uma lei que definia, sim, até a sua chegada no cargo de secretário, até o segundo mandato do governo Melo, que houvesse, sim, eleição direta para a direção das escolas, porque a lei mesmo diz que o gestor pode optar por dar posse a quem foi vencedor nessa escolha da comunidade escolar. Não havia nenhuma inconstitucionalidade nesse formato dado porque, em última instância, o que acontecia, efetivamente, é que o gestor referendava o resultado da consulta popular feita à comunidade escolar, onde os quatro segmentos estavam presentes.

Então, nós não entendemos que, mesmo que o juiz que definiu a liminar favorável a essa ação não esteja, obviamente, equivocado do ponto de vista legal, mas, do ponto de vista político, sim, há a possibilidade de retornar à eleição direta para direções das escolas. E espero que, de fato, não se consolide, secretário, essa substituição, essa intervenção que iniciou e que, talvez, por bom senso da compreensão do governo municipal, se parou no que o senhor já havia retirado do cargo de gestores. Nós estamos ali como *amicus curiae*, inclusive, nessa ação judicial, junto com a ATEMPA; estamos acompanhando. E é, sim, na

verdade, para nós, um ataque à gestão democrática. E não é narrativa, porque aqui não se fala só do fim das eleições, fala-se do enfraquecimento dos conselhos escolares. O candidato que passar pelo teste e que for colocado na condição de diretor ou diretora da escola vai apresentar o seu plano de gestão, como, obviamente, nas eleições que aconteciam até agora sempre aconteceu, não há fato novo nisso. O fato novo disso é que o PPP da escola passa a se submeter a uma nova lógica de gestão, a partir desse novo formato, por esse encaminhamento.

Eu quero, neste último um minuto, fazer uma última consideração que é extremamente importante: o processo de escolha dos diretores vai se dar através de um custo bastante significativo para o governo municipal, porque ele vai contratar uma empresa para fazer isso. E tem ali, sim, a avaliação comportamental. E eu vou lhe dizer, secretário Pascoal, que essa, sim, é a marca da gestão política, que tem toda a legitimidade para ser, porque venceu nos votos válidos, na sua maioria, para ser o gestor da cidade, mas a avaliação comportamental é alguma situação que é absolutamente subjetiva. E é por isso que se consolida essa compreensão de que, sim, é uma indicação da gestão municipal, não um aceite por parte da comunidade escolar.

E esse banco de talentos que está sendo colocado ali, a partir do artigo 7º, fala que, mesmo os habilitados, que vão ter um prazo de validade de quatro anos para serem chamados, não importa a classificação deles, será um banco de talentos em que o gestor vai decidir quem é que vai chamar. Então, que concurso é esse, né? Que caráter que está sendo dado para esse concurso, onde, no fim das contas, quem decide quem vai ser o gestor da escola é, de fato, o secretário de Educação, o prefeito municipal? Independentemente, inclusive, do que tenha de resultado dessa avaliação comportamental, que, para nós, é uma absoluta insignificância, uma absoluta discrepância. É uma narrativa, sim, que está sendo construída por este governo, onde ele diz, sim, que faz o debate, faz a discussão, mas, na verdade, não faz; ele se utiliza desse tipo de espaço para dizer que faz, mas a gente sabe muito bem que é uma intervenção, sim, vai continuar sendo,

infelizmente, até que este governo conclua o seu tempo de mandato. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Seis minutos, Cindi. Agora, a Rosele, da ATEMPA, tem cinco minutos para completar.

SRA. ROSELE BRUNO DE SOUZA: Bom dia, primeiro, eu quero agradecer a oportunidade e dizer que o secretário fala em narrativa, mas a gente teve 40 anos, como disse a Cindi, de eleições aqui em Porto Alegre. E, realmente, a Constituição e a LDB falam em gestão democrática, elas não falam em eleição, mas elas não proíbem a eleição. Então, o governo poderia muito bem optar por juntar os dois processos: um processo seletivo, que ele queira fazer, e a eleição. Mas ele opta por não. E uma das coisas que nos chama atenção, principalmente… Inclusive o desembargador foi levado a acreditar, eu penso, pois ele coloca que haveria uma ingerência indevida sobre a estrutura organizacional da administração pública, dificultando a realização de políticas públicas coesas e alinhadas com a gestão municipal.

Por que isso não cria uma ingerência? Porque as políticas públicas que devem ser alinhadas à gestão municipal devem ser seguidas por todas as escolas, sendo essas dirigidas por diretores eleitos ou não. Existem leis que asseguram o cumprimento, por parte das direções de escolas, quanto às normas e diretrizes mantenedoras. Agora, o que ocorreu em Porto Alegre, nas últimas gestões, é que nós não tivemos nenhuma proposta de alinhamento, nenhuma proposta pedagógica para a rede. Ao contrário, a gente teve aderência a propostas privadas, sem continuidade, sem embasamento teórico e de caráter duvidoso.

Então, é importante lembrar que a defesa da eleição de diretores também é uma defesa contra a corrupção, porque foram as direções – que são fiscais de serviço, e está lá no DOPA isso – eleitas, que apontaram as irregularidades que esta Casa constatou como graves e que, inclusive, levaram ao indiciamento de várias pessoas que faziam parte do governo: uma secretária de Educação e o filho do prefeito, inclusive.

E o que vemos hoje, nessa proposta de lei, é que as direções serão escolhidas, e, pasmem, o projeto deixa muito claro, no art. 5º, que vai ter uma avaliação comportamental. E não é como o secretário diz: “Como em todos os concursos”, porque está ali no projeto de lei que tem que aferir a confiabilidade. Depois, entrevista individual para verificar a aderência do candidato às diretrizes. Se isso não deixa claro o caráter persecutório que está prestes a ser implementado na rede, o fato de o secretário estar indo às reuniões de diretores, que hoje estão à frente das escolas, para dizer que os diretores que saírem, ou que, ao saírem da direção, não permanecerão nas escolas de lotação, é prova da gravidade do que vai acontecer, gente. Olha só: os colegas já estão sofrendo com a ameaça de perder a sua função e ainda estão sendo coagidos com a ameaça de perder a lotação.

Outro fator mais grave se refere às gratificações que estão sendo oferecidas. A FG do diretor vai aumentar, o secretário Coronel diz que vão criar outras gratificações, mas aí a gente precisa de tudo isso para melhorar os índices. Citam Sobral. Agora, eles não citam que Sobral aumentou o salário dos professores, e não foi penduricalho, foi aumento de salário. Então, o que a gente está vendo aqui – e acho que o secretário poderia nos explicar – é: como é que uma categoria com uma perda salarial de 30%, que afeta diretamente o poder aquisitivo dos servidores, que passam por dificuldades, isso não está sendo colocado? Que valorização é essa?

E outra coisa que é importante a gente estar aqui falando é: a gente sentou na mesa de negociação e não tinha dinheiro para dar 4% da inflação, que é lei, o governo tem obrigação de dar essa reposição, e não deu. Mas agora vai ter dinheiro para pagar todas essas gratificações! Da onde vem isso, gente? E esse processo seletivo, como a Cindi disse, vai ter que ser feito, independente do governo, de dois em dois anos. Agora, do jeito que a lei está sendo feita, as direções vão se perpetuar nas escolas, porque ninguém vai querer sair.

Eu pergunto para vocês: alguém denunciaria qualquer coisa, correndo o risco de perder sua FG e a sua lotação? Porque é isso que vai acontecer, gente. Qualquer coisa que essa direção venha a dizer, ou que tente dizer que não está certo, vai

ser retirada. E, ao ser retirada, não vai permanecer na sua escola; ela vai ser mandada para outra escola.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Rosele.

SRA. ROSELE BRUNO DE SOUZA: Só para concluir: isso é muito grave, muito grave. A gente precisa aqui que a Câmara de Vereadores se atente a isso. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Rosele. Inscrita a Ver.ª Juliana de Souza. Cinco minutos.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Bom dia a todos e a todas, bom dia Presidente, bom dia aos secretários André Coronel e Pascoal, especialmente bom dia às minhas representantes. Eu, como professora, também quero saudar especialmente aqui a Rosele e a Cindi, que muito bem representaram a nossa categoria e, em nome do Simpa e da ATEMPA, cumprimento também os demais colegas da rede municipal que estão presentes aqui.
Eu quero iniciar esta audiência pública apontando um elemento que é fundante: nós estamos falando aqui da defesa da gestão democrática numa audiência realizada às 9h da manhã de uma segunda-feira, onde, obviamente, a maior parte dos nossos colegas não tem a condição de estar aqui, secretário, e tu sabes muito bem disso. Porque, inclusive, aqueles e aquelas que não estão dando aula ou não estão nessas funções pedagógicas dentro da escola, também não poderiam estar aqui, porque, sob este governo, seriam, com certeza, ameaçados de estarem descumprindo as suas atribuições em horário de atividade fora da escola. Então, eu quero registrar que este espaço, Presidente, em si, não propicia a participação adequada para que a gente possa defender – e definir, inclusive – o que é a gestão democrática e por que esse projeto vai na contramão dela.

Em segundo lugar, eu queria dialogar com as falas que me antecederam. André Coronel, secretário, eu não tenho nenhuma dúvida de que é legítimo que um governo eleito possa cumprir as suas diretrizes programáticas apresentadas à sociedade. Mas eu gostaria de lhe pedir que me apresente uma propaganda de TV ou um panfleto de campanha do prefeito Melo que, durante a campanha eleitoral, tenha dito que iria acabar com as eleições para as direções escolares, porque o senhor vem aqui dizer que esse projeto responde a um compromisso oriundo das urnas. Eu vou pedir, Presidente, que pare o meu tempo para que a Liane possa fechar o seu microfone.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Por gentileza, estou segurando o tempo da Ver.ª Juliana. Temos áudios abertos. Por gentileza, fechar os áudios. O diretor legislativo pode fechar todos, por gentileza. *Ok*, fechados; o seu tempo foi assegurado. Faltando um minuto, eu te aviso.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Muito obrigada. Então, secretário André Coronel, quando tu falas que esse projeto responde a um compromisso oriundo das urnas, eu quero pedir que seja apresentado qual foi a propaganda eleitoral, qual foi o panfleto que apresentou às comunidades da nossa cidade, das 100 escolas da nossa rede municipal de educação, que seria acabado com o processo de eleições diretas para as direções escolares e seria feita essa seleção que vocês apresentam aqui. Porque eu não vi, e estava muito atenta ao debate eleitoral.

Em segundo lugar, secretário, quando falas que esse é um projeto que caminha no sentido de melhorar a gestão escolar, eu não tenho como não lembrar que o problema da educação de Porto Alegre, da gestão da educação de Porto Alegre, visivelmente, o Brasil inteiro sabe, não está na gestão das nossas escolas, nos nossos diretores e diretoras, que, pelo contrário, foram muito competentes, sim, em apontar as irregularidades que levaram às denúncias da corrupção na SMED. Essa corrupção ficou conhecida no Brasil inteiro, que prendeu uma secretária, assessores do prefeito Melo e, inclusive, é investigado o filho do prefeito. Então,

os problemas de gestão da educação de Porto Alegre não estão nas nossas escolas; eles estão na corrupção da própria Secretaria Municipal de Educação. A gente precisa partir dessas premissas para tirar a cortina de fumaça que vocês colocam neste debate, que não é verdadeiro, e tanto nós quanto vocês sabemos disso.

E quero dialogar também com o secretário Pascoal sobre esse debate. Do ponto de vista legalista, nós podemos ficar aqui falando por horas, mas eu quero dialogar com a realidade. O secretário fala que nós viríamos aqui para dizer que o governo quer fazer a intervenção. E, na verdade, Presidente, o governo fez intervenção. Desde a liminar para acabar com as eleições diretas, o governo fez intervenção em três escolas, e nós, que estamos nesta sala, muitos de nós, podemos inclusive dizer que foram com critérios que descumprem o princípio da impessoalidade. Nós podemos dizer isso.

Até hoje, essas sindicâncias são casos nebulosos. Então, é importante que a gente parta desse princípio para dizer que, obviamente, quando a gente tem no art. 5º, no inc. II e no inc. III, falando de avaliação comportamental e de critérios de confiabilidade, nós não temos como não questionar. O que é confiabilidade para um governo que quer calar as direções escolares? Que assedia, inclusive, as direções escolares? Que quer calar os professores e professoras? O que é o critério de confiabilidade nesse cenário? Que é o cenário que temos hoje na rede, que já expurgou diretores porque queriam abrir as escolas em condições, e não sem condições, não com grama alta para receber as crianças.

Então, qual é o critério de confiabilidade que vai ser o assumido pelo governo Melo? Nós fizemos, Presidente, um pedido de diligência, e a resposta ao nosso pedido de diligência foi que o secretário poderia responder aos questionamentos nesta audiência pública. Mas ele não respondeu. Então, eu gostaria de pedir que ele responda por escrito, oficialmente, para que a gente possa apreciar esse projeto com o devido trâmite. É um instrumento que nós temos, o pedido de diligência, e ele, até agora, não respondeu qual é o estudo técnico-pedagógico que embasa a proposta desse projeto de lei… (Problemas na conexão.) … com os indicadores de desempenho escolar que ele está utilizando para mudar o

modelo de gestão democrática, para acabar com a gestão democrática. Qual é a forma que quem for participar dessa seleção terá para poder questionar esses critérios absolutamente subjetivos, que, inclusive, ferem o art. 37 da Constituição Federal, sobre os princípios da administração pública? Quais são os critérios objetivos a serem avaliados no art. 5º? Porque não tem objetividade…

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadora, eu vou pedir, porque a senhora já passou o seu tempo, vereadora.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Presidente, eu peço que o secretário responda à diligência e não fuja do debate. O que ele falou aqui, ele já tinha dito, mas o que nós questionamos ele segue não respondendo. E me parece que ele não responde porque, de fato, esse banco de talentos, que sequer nem todo mundo vai ser nomeado, é um banco para garantir que as nossas direções escolares estejam submetidas aos desmandos desta gestão do governo Melo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadora, já passou o seu tempo. Eu não gostaria… São 7minutos e 5 segundos. Vou pedir para todos manterem os cinco minutos, porque, senão, a audiência não cumpre o rito. E eu vou pedir para o diretor legislativo que, a partir do momento em que eu agradecer, feche o microfone de todos que passarem do seu tempo. *Ok*? Então, vereadora, já se passaram dois minutos. Gostaria aqui que respeitasse o tempo, assim como é respeitado na tribuna.
E quero dizer para o Ver. Jonas: a inscrição é pelo Legislativo, não aqui pela página. *Ok*? Estou aguardando lá no Legislativo. A Ver.ª Grazi também.
Passo para a Ver.ª Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Presidente, peço desculpas por minha câmera estar fechada, mas não poderia deixar de me manifestar nesta audiência pública, que eu acho de extrema importância. A fala também do secretário Pascoal é importante. Acho que não tem nada a ver com a questão

de corrupção, como diz a Ver.ª Juliana, ou não, e sim com uma questão de gestão. A partir do momento em que nós estamos numa gestão, buscamos, cada vez mais, melhorias para o nosso ensino, que a gente sabe que é muito ruim. Não só o nosso, mas o nosso, que está sendo discutido aqui, tem muito a melhorar, muito a crescer.

A forma como nós estamos buscando é fazer mudanças, alterar coisas que não entendemos que estejam avançando. E eu acho que todos têm direito a se inscrever, e aqueles diretores que forem bons – e muitos são excelentes –, nós temos diretores maravilhosos cuidando e gerenciando nossas escolas, vão permanecer, vão continuar, estarão na gestão. Porque ninguém quer alguém que seja ruim; a gente quer pessoas boas, a gente quer pessoas que trabalhem de verdade. E, em todo lugar, nós temos pessoas boas e pessoas ruins.

Então, eu acho que é importante essa construção de gestão que, daqui a três anos, talvez não seja do MDB e seja de outro partido de oposição, e vai continuar nessa linha, porque a gente acredita que essa linha vai trazer muitas melhorias para as escolas. E, como eu disse, aqueles que são bons permanecerão.

Eu quero parabenizar a gestão pelo trabalho, para que nós possamos cada vez mais crescer e evoluir dentro da questão de educação, porque a educação é base para tudo e extremamente importante. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, falou por 2 minutos e 30 segundos. Eu pergunto aos vereadores se posso passar aos inscritos da sociedade civil, ou os vereadores querem automático? Estou olhando aqui, a Ver.ª Karen autoriza, a Ver.ª Grazi. Então, por gentileza, diretor, alguém da sociedade civil contrário ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O primeiro inscrito é o professor Assis Brasil Olegário Filho, do Simpa.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Primeiro, bom dia a todos e todas. Registrar a questão de fazer uma audiência pública desse tema tão importante

para a comunidade escolar numa segunda-feira, às 9h da manhã, *online*, quando nós estamos agora no terceiro período nas escolas e, daqui a pouco, tem que se organizar o recreio, o intervalo dos alunos e alunas, é ruim. É só para cumprir tabela. Deveria ter sido feita uma audiência presencial à noite, com ampla divulgação, inclusive nos meios de comunicação.

Segundo, o secretário se baseia na Constituição e na decisão do STF, que diz que é prerrogativa e discricionário do poder público a indicação, mas não proíbe as eleições. Onde é que está dito que as eleições... Inclusive, uma coisa esdrúxula aconteceu: o Executivo entrou contra uma lei que ele mesmo sancionou, que existe há muitos anos e que foi reformulada em 2019 e sancionada em 2020. Inclusive, em Cachoeira, nós fomos a um debate, uma rádio ligou perguntando por que Porto Alegre estava entrando contra uma lei que em Cachoeira do Sul, que é um governo de conservador, dominado por uma família que vocês sabem, eles tiraram as eleições, mas o prefeito manteve as eleições. Eles não entenderam. Não eram pessoas ideológicas de esquerda que mandaram, é uma prefeitura de direita, do arco de alianças da atual gestão.

Sobre a questão da avaliação comportamental, quem melhor que a comunidade para fazer uma avaliação da gestão? Eu vou relatar que, em 2013, eu estava na José Mariano Beck, na Bom Jesus, uma professora fez denúncias contra a direção e a maioria dos colegas. Foi aberta sindicância pela então secretária Juraci. O que aconteceu? A sindicância provou, e a comunidade defendeu a escola e a direção, dizendo que o erro era do professor, por questões pessoais, tinha feito denúncias infundadas. Foi tirada a direção? Não, foi tirada a denunciante, ela teve que sair da escola. Então, quem defendeu a comunidade? Inclusive, na lei atual, que a Presidente Comandante Nádia citou, está previsto que, anualmente, e que foi reformulada em 2019, pode ser feita uma avaliação da gestão. Então, quem não está cumprindo a lei é a mantenedora. Por que não cumpriu, então, a lei que em 2020 foi acrescida a mudança do peso maior para a comunidade do que para os professores e professoras, e tem previsto esse artigo lá? Então, quem não cumpriu poderia ser feito.

Então, essa questão de avaliação, quem tem que avaliar é a comunidade escolar presente, que conhece o dia a dia, o cotidiano da escola, quem faz o quê, quem não faz, etc. e tal. Então, eu acho que isso é um contrassenso. Na verdade, embora o secretário Pascoal ser bastante hábil e o secretário Coronel – a gente tem bastante encontros, infelizmente não tanto quanto a gente gostaria, com os resultados que a gente gostaria, né? –, mas, na verdade, isso criou uma espada na cabeça das direções.

Hoje, para ser uma direção, se de noite, EJA, tem um tiroteio, a direção fechar, vai ter que pedir autorização para a SMED, ligar para alguém – "vou ter que fechar a escola" –, porque, hoje, qualquer espaço tem que pedir amém para a mantenedora. Se faltar água, ou faltar luz, como já faltou de noite, os alunos vão embora, vai se manter a escola lá no escuro? Vai ter que ligar para alguém da SMED, vai ter alguém de plantão para fazer isso? Então, são mínimas as coisas que hoje ferem a autonomia, porque a pessoa vai ficar com... Eu não estou sendo, não estou de aquém com a avaliação comportamental, será que estou sendo correto ou não? Vai ferir completamente a autonomia. E hoje não tem legislação. Importante dizer que as composições das chapas, muitas vezes, têm consenso dentro da escola, às vezes têm divergência. E faz parte da pluralidade, da democracia o contraponto, o contraditório no debate. E isso vai acabar, vai terminar.

Então, isso é lastimável e um retrocesso. Infelizmente, Porto Alegre parece que nem cola de cavalo, cresce só para baixo. Nós estamos num retrocesso democrático. Ah, está baseado no STF. Vou voltar à Constituição federal, mas não é proibitivo, não é proibitivo. Em vez de o governo se preocupar em afinar a participação da comunidade, o controle social, ele está fazendo isso... Esse final das eleições, ele tem a mesma questão do fim de os conselhos deliberativos passarem para consultivos. Agora, o do DMLU já aconteceu com o Conselho Municipal de Educação. É não ter na fiscalização da comunidade de maneira decisória, não só lá dar a sua opinião, mas ter poder de decidir. Então, hoje, essa questão dessa lei de criação de habilitação, de critérios para habilitação da eleição para a escolha, na verdade, de diretores e diretoras, ela vai ferir a

autonomia, vai ficar amarrado. A toda hora, a pessoa vai se sentir constrangido, vai ligar para a SMED, para a mínima decisão. É isso que está no bojo dessa lei. Então, para concluir, é isso, contra o projeto, que é um retrocesso. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Diretor, uma pessoa da sociedade a favor, que eu vi que tem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A favor, não temos. Temos um pedido contra, que é o Sr. Ivan...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Então, eu chamo a Ver.ª Karen Santos para usar o seu período de cinco minutos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia, colegas vereadores, da ATEMPA, do Simpa, da categoria que conseguiu se fazer presente nesta audiência, às 9h da manhã de uma segunda-feira. Corroboro o que a nossa colega, Ver.ª Juliana de Souza, colocou em relação aos limites das audiências públicas e ao esvaziamento político deste espaço, muito pela forma como o governo Melo vem conduzindo as discussões, em que a gente chama a população numa oitiva, mas nada daquilo que é colocado é incorporado no processo. E isso vem enfraquecendo as audiências públicas, não só essa; também sei que as audiências públicas do DMAE estão sendo esvaziadas, e isso só demonstra o mecanismo de controle da coisa pública feita por esta gestão.

Dialogando com o que o Assis colocou agora, todos esses projetos e leis que estão modificando o caráter dos conselhos – de deliberativos para consultivos – , o mecanismo das audiências públicas serem mal convocadas, convocadas em horários em que os trabalhadores não conseguem participar, as colocações que os trabalhadores colocam sendo ignoradas no processo, isso só demonstra o que é a concepção de gestão, na prática, né, secretário Pascoal? Na prática, é essa a concepção de gestão do governo Melo. E, dialogando com o que colocou

a Ver.ª Claudinha, em relação à permissividade da corrupção dentro desse governo, quando nós colocamos que a transparência, que o controle público, que a participação popular são mecanismos que evitam, constrangem, contribuem na fiscalização do erário, da coisa pública, é justamente para evitar que o que aconteceu na gestão deste governo, nos últimos quatro anos, onde a gente teve mais de quatro secretários diferentes à frente da pasta da Educação, não volte a acontecer. Mas não houve nenhum tipo de reflexão, não houve nenhum tipo de autocrítica em relação à gestão por parte da pasta da Educação. Seguem com a mesma receita: atacar quem está na ponta, garantindo com qualidade a estrutura do serviço público; seguem com a mesma receita de perseguição, da falta de diálogo.

E eu questiono qual a dificuldade do governo Melo em ouvir o que as escolas têm a dizer, em priorizar o que as escolas têm a dizer, porque, se for ter uma consulta real nas escolas... E eu acredito que, sim, o secretário Pascoal anda bastante nas escolas, já vi vários vídeos do secretário caminhando dentro das vilas, indo ver a estrutura das escolas. Mas do que adianta fazer todas essas caminhadas, sendo que, na hora de enviar projetos de lei para a Câmara, que realmente têm um impacto assertivo na qualidade, que dialoga com quem está na ponta, a gente vê, cada vez mais, esse tipo de anúncio sendo feito, e sem diálogo, sem nenhum tipo de mediação com aquilo que os professores, os monitores vêm apontando...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu estou trancando o seu tempo, Ver.ª Karen, pedindo, novamente, que desliguem seus microfones. Obrigada, Rosele. Retornando, Ver.ª Karen.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Para concluir, só para dizer que esses mecanismos vêm sendo alterados em sucessivos conselhos. Agora, com as eleições dos gestores, é permissivo, sim, com corrupção. A gente sabe da importância dos servidores públicos, a gente sabe da importância da memória dessa construção, que é quem está no cotidiano do plano de carreira e consegue

acompanhar a memória das escolas, a memória dos… (Problemas na conexão.) A gente sabe que é importante, sim, a participação da população no controle daquilo que esse servidor público pode ou não pode fazer. Destituir, desorganizar isso a partir de um projeto de lei, numa audiência feita às 9h, de cima para baixo, corrobora, sim, é permissivo, sim, com que atos de corrupção… (Problemas na conexão.) … ao erário estão sendo… (Problemas na conexão.) … de gestão da Secretaria de Educação. E, para isso, a gente tem que estar atento enquanto população, enquanto trabalhadores da educação, que são os mecanismos que estão sendo alterados, que justamente permitem com que, lá na ponta, um diretor, uma equipe diretiva ativa e atuante consigam denunciar todas essas estruturações que estão sendo implementadas e a falta de uma organização mínima e básica da estrutura das escolas. Quem faz isso hoje são as equipes diretivas e são os diretores. Quem fiscaliza, quem está na ponta, quem liga para os vereadores para denunciar são os diretores, são as equipes diretivas.

Esse projeto substitui uma fiscalização básica, que é a fiscalização do cotidiano das escolas. Se a gente não se atentar a isso, daqui a um ano, dois anos, a gente vai estar dizendo: “Olha, novamente casos de corrupção” ou “As escolas estão desestruturadas, e a gente não consegue entender qual o motivo.” Quer entender qual o motivo? Conversa com os supervisores, com as equipes diretivas, com a comunidade escolar, e juntos a gente avança num projeto de educação para Porto Alegre. Dessa forma com que vem sendo apresentado, infelizmente, é mais retrocesso, e a gente precisa que as nossas comunidades escolares, que elegeram seus representantes, estejam junto com a gente nesse momento agora, de questionar o que este governo vem fazendo, porque não existe lei que seja dada. Leis a gente modifica toda segunda e toda quarta-feira naquela Câmara de Vereadores. Então, se hoje é lei, amanhã pode não ser. E o que define é a nossa força, a nossa disposição de lutar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.ª Karen. Passo a palavra ao Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos. Primeiramente, eu queria lamentar esta audiência mais uma vez sequestrada, porque não é um horário para os docentes participarem, os docentes estão trabalhando. Então, a gente não quer que se discuta a democracia, que faça debate. Então, didaticamente – que é uma coisa boa, é um elemento da educação, da pedagogia, uma área de conhecimento, a didática –, nós vamos usar agora a didática para desmontar a farsa dos argumentos do governo, do motivo de mudar a legislação sobre a gestão democrática. Vocês não querem gestão democrática. Primeiro, porque vocês sabem que a lei anterior falava que, para verificar a qualidade, também poderia se dissolver direções...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou trancar o seu tempo, Ver. Jonas. Só um momentinho. Rosele, de novo, seu telefone estava ligado, por gentileza; e o da Liane Bernardes também estava ligado; senão, os vereadores, as pessoas que estão falando, não conseguem desenrolar o seu pensamento. Por gentileza. Pode continuar, vereador. Seu microfone está fechado, Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Voltando, então, ao debate. Didaticamente, a legislação anterior, mudada pelo governo Marchezan, dizia, sim, da qualidade da educação, se não tivesse nos parâmetros estabelecidos pela SMED, que poderia sofrer mudanças nas equipes diretivas. Então, é uma farsa o argumento do governo, dizendo que ele não podia verificar a qualidade da educação, não podia mexer nas direções, muito bem explicado aqui pela diretora do Simpa, Cindi Sandri, que é professora. Acho que está faltando professor no governo para, pelo menos, estabelecer verdades.

E outra coisa, o secretário vem falar aqui... Secretário André Coronel, olha, me caíram os butiás do bolso, porque V. Exa. vem aqui dizer que as pessoas precisam saber de gestão, que, se não sabe gestão, não adianta, não tem como acontecer. Como assim? Vocês nomearam pessoas para a Secretaria da

Educação no governo anterior, do Melo, pessoas que, inclusive, foram presas, como a secretária Sônia da Rosa. E, antes de ser presa, vocês se despediram dela com um buquê de flores. Esse é o modelo de gestão que vocês querem para as escolas? Nananinanão. Vocês poderão até, autoritariamente, mudar a diretriz de eleição de diretores das escolas, mas nós não vamos aceitar esse tipo de gente, não; esse tipo de gente nós não vamos aceitar nas escolas, tipo Sônia Rosa, tipo aquelas assessorias, tipo as pessoas indiciadas – vocês tem 24 pessoas indiciadas na gestão da educação, por que que V. Exas. não falam disso aqui? O secretário de Educação fingiu que não era com ele, ele fingiu que o governo é outro. Mas eu quero lembrar aqui, quando vocês falam em democracia, que a democracia está garantida, que vocês vão indicar, mas a democracia está garantida, eu quero lembrar que o Hitler, em 1932, foi eleito democraticamente e estabeleceu um golpe; quero lembrar que o Bolsonaro foi eleito democraticamente e depois estava lá tramando o golpe, ele e uma turma inteira. Então, começam com a democracia e daí estabelecem, colocam os seus, como agora tem uma investigação lá sobre a Abin paralela, que indiciou de novo toda turma bolsonarista; começa com essa roupagem de democracia, que: “não, tem uma seleção, tem uma entrevista, tem uma prova, nós vamos selecionar”. E aí, quem é que estava lá na Abin? Não eram os servidores selecionadíssimos pelo governo Bolsonaro? Eu queria estabelecer esse paralelo agora com o que está sendo debatido neste momento no Brasil. Só que eu quero dizer para vocês que existe uma pedra no calçado de vocês, que querem fazer um governo autoritário na cidade: são os trabalhadores da educação, são as estruturas públicas como sindicato, associação, que congregam pessoas da sociedade civil. Aqui não vai passa! Nós denunciamos, em 2022, a tramoia na secretaria da Educação, e foi a rede municipal de ensino que botou na cadeia a secretária do governo Melo. Então, nós vamos muito tranquilamente estabelecer ordens na cidade. Vocês querem desordem, vocês querem mandar e desmandar, só que vocês foram eleitos na democracia, vocês deveriam respeitar a democracia, mas vocês não fazem isso. Então, eu queria só desmontar didaticamente essa farsa que vocês querem de qualidade da educação, dizendo que vão mudar a lei de

diretores. Qualidade da educação é não ter empresa que paga um salário baixíssimo para os agentes de inclusão; qualidade da educação é botar lá pessoas formadas no ensino superior para fazer educação verdadeira e inclusiva com as pessoas, com gente com conhecimento pedagógico; qualidade da educação é fazer as obras estruturais na escola para não faltar energia elétrica, por exemplo, que oscila, para poder ter climatização para as crianças que estão passando frio agora neste inverno; qualidade da educação é não fazer faltar merenda; qualidade da educação é não fazer faltar professor, porque agora está faltando professor de português e matemática – nós estamos no mês de junho – nas escolas municipais; qualidade da educação é realmente investir, garantindo salários adequados – hoje vocês devem 32% de reposição salarial a todos os trabalhadores da educação. Então, está faltando o dever de casa de vocês que ficam comprando um monte de bugiganga sem licitação própria na SMED, gerando escândalos, prendendo gente, indiciando pessoas. E vocês dizem qualidade da educação. Nós aqui, didaticamente, explicamos para vocês o que é qualidade da educação, esperamos que vocês ouçam. A gente nasceu com dois ouvidos e uma boca! Ouçam!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas Reis. Temos a favor, diretor, o Sr. Ivan Contijo, que já chamo na sequência.

SR. IVAN GONTIJO AKERMAN: Perfeito, bom dia a todos, sou representante da sociedade civil, representando Todos pela Educação. Em relação a este projeto, queria trazer quatro argumentos para defender esse projeto. Em primeiro lugar, acho que o grande desafio que o Porto Alegre tem é em relação aos índices; então, a qualidade da educação, o direito de aprendizagem dos estudantes de Porto Alegre não está sendo garantido – isso é mostrado pelos indicadores, como o IDEB, o Criança Alfabetizada. E o que isso tem a ver com gestão escolar? A gestão escolar é o segundo elemento que mais impacta na aprendizagem dos estudantes, atrás apenas da prática docente. Dessa forma, a forma como a gestão escolar está estruturada hoje em Porto Alegre não tem sido

capaz de melhorar os resultados e garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes. Há uma série de pesquisas que mostram que a eleição puramente como método de escolha afeta negativamente o desempenho dos estudantes, seja por uma questão de clima escolar, de motivação dos professores; então, não é a medida que mais impacta na aprendizagem dos estudantes, esse é o primeiro elemento. Segunda coisa: condicionalidade do VAAR; acho que isso é uma coisa importante quando se fala, inclusive em valorização dos professores, em ter mais recursos. Uma das condicionalidades do VAAR, do Fundeb, para o Porto Alegre receber mais recursos, são critérios técnicos para seleção de diretores. Porto Alegre hoje não está recebendo a condicionalidade do VAAR, é um recurso bastante importante. A condicionalidade do VAAR diz que é importante estabelecer critérios técnicos que sejam atrelados ou não a um processo de eleição; então, é uma escolha da gestão em relação a isso, a própria lei do Fundeb também não obriga a eleição. Terceiro argumento: as boas referências, no Brasil, de lugares que garantem o direito de aprendizagem dos estudantes, como, por exemplo, Sobral, que já foi citado aqui, o próprio estado do Espírito Santo, que no ensino médio é o estado que tem os melhores níveis de aprendizagem, tem processos de seleção de diretores muito semelhantes ao que Porto Alegre está buscando introduzir. Quando você olha internacionalmente, por exemplo, o Chile, que é o país que tem os melhores resultados dentro da América Latina no Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, também tem um processo muito parecido com o Chile, então é importante a gente dizer que esse projeto alinha Porto Alegre às práticas nacionais e internacionais mais exitosas em relação a lugares que conseguem garantir a qualidade da educação e o direito de aprendizagem dos estudantes. E por fim, a participação da comunidade escolar é fundamental, só que participação da comunidade escolar não é sinônimo de eleição direta para a direção escolar. A participação da comunidade escolar pode ser feita, tanto na análise e validação dos planos de gestão, como esse projeto já propõe, como também por meio da avaliação do trabalho dos diretores; então, para que eles sejam reconduzidos é importante que um dos elementos seja a avaliação da

comunidade escolar. Então, participação da comunidade escolar, gestão democrática não é sinônimo de eleição direta – esse é um elemento importante. E por fim, queria deixar quatro contribuições que precisam ser bastante faladas nesse momento. Primeira, definir muito bem quais são as competências e atribuições dos diretores, ter um documento que normatize isso, um documento que seja discutido com a comunidade escolar, discutido com os professores, para que o processo de seleção seja baseado nessas competências e atribuições. Segunda, que os diretores não são síndicos de escola; a principal responsabilidade deles é ser a liderança pedagógica, ou seja, como que eles influenciam os professores, lideram o trabalho pedagógico das escolas, porque diretores que olham apenas para elementos financeiros e administrativos e não olham para questões pedagógicas, é muito mais improvável que essa escola consiga melhorar os seus índices e garantir os direitos de aprendizagem.

Um terceiro elemento importante é a equidade na alocação, então, este processo agora que está sendo estabelecido permite, inclusive, uma redução de desigualdades, porque uma coisa importante de ser feita pela secretaria é alocar os diretores mais preparados nas escolas mais desafiadoras. Então, aqueles diretores que tiveram melhor desempenho no processo seletivo precisam ir para as escolas mais desafiadoras, mais periféricas, com os piores resultados, para que a gente consiga colocar nas escolas que mais precisam do apoio do Estado os melhores recursos humanos disponíveis na rede.

E, por fim, é muito importante esse avanço que o projeto traz de melhoria das gratificações. Muitas redes de ensino hoje enfrentam um desafio, a gratificação é muito pequena, então, é muito pouco atrativo para um professor assumir uma posição na gestão escolar; às vezes, vale mais a pena ele assumir um cargo na rede privada ou um outro concurso público. Então, melhorar a gratificação é fundamental para atrair aqueles mais preparados para esse cargo que é muito desafiador. Fazer gestão escolar não é algo fácil, é algo complexo, e a gente achar que, meramente, por uma eleição, a gente vai estar selecionando os melhores para esse cargo é uma utopia. Lembrando que a... (Ininteligível.) ...da comunidade escolar é importante.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sr. Ivan. Temos, contrária ao projeto, a Sra. Fabiane Pavani.

SRA. FABIANE BORGES PAVANI: Bom dia. Eu sou Fabiane, sou professora da rede municipal e assessora do Ver. Giovani Culau e Coletivo. Eu sou defensora da educação pública, gratuita, laica, universal, inclusiva, antirracista, não sexista e com gestão democrática. E eu entendo que a gente precisa desconstituir falas que não trazem a verdade efetiva quando se relaciona aqui a defesa da melhoria da qualidade e da gestão escolar. A melhoria da qualidade e da gestão escolar está relacionada com a democracia, com a participação social, com as famílias e os profissionais da educação vinculados à escola, discutindo os seus fazeres pedagógicos e administrativos – porque isso é indissociável. Então, eu retomo aqui a importância que esta audiência pública teria de ser realizada em um horário que permitisse a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar. Também reporto a falta de consistência na construção de um banco de talentos para a direção das escolas, que não tem vínculo com a comunidade, com as comunidades. Quando a gente diz que o professor que assume a direção da escola sai daquela comunidade, ele está inserido nas demandas, nas ações e nas necessidades daquele espaço pedagógico e daquele espaço social. Melhoria de gestão escolar está relacionada com a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, o que está vinculado com plano de carreira, com cargos e salários e também com a melhoria das estruturas das escolas, os aspectos físicos das escolas. Tratar de melhoria de educação tem a ver com a efetividade da mantenedora, da SMED, de realmente estar vinculada, criar, discutir, trazer para a cidade, para a rede municipal, um projeto pedagógico de rede – o que a SMED não tem feito na atual gestão. Tem a ver com considerar o sistema municipal de educação, que é constituído por dois conjuntos que se interligam, que é a mantenedora, a SMED, e o Conselho Municipal de Educação, que elaborou resoluções discutidas com a sociedade para que alcançássemos uma melhor qualidade nos índices

educacionais; e hoje é completamente desconsiderado, desconstituído! Como a resolução do Conselho Municipal de Educação, que trata da educação antirracista, que não é levada a cabo, efetivamente, pela SMED e pelo atual governo. Como a resolução que dispõe sobre a educação infantil na nossa cidade, que é completamente desconsiderada pela atual gestão. Como a resolução da educação especial, que também não está sendo colocada em prática. Como também a resolução que estabelece as diretrizes para a educação e direitos humanos. Quando a gente fala em qualidade da educação, nós temos que falar efetivamente dos estudos que apontam para essa qualidade. E aqui eu não vi – nunca – os defensores desse PL, tampouco o atual governo falar do CAQ, que é Custo Aluno Qualidade**/**educação, Custo Aluno Qualidade/educação Infantil. Inverdades estão sendo ditas na sustentação deste PL. Se vamos falar de pesquisa e índices educacionais, vamos falar efetivamente do que os estudos apontam com seriedade. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Fabiane, do gabinete do Ver. Giovani Culau. Chamo, a favor do projeto, a Sra. Cláudia Costin.

SRA. CLAUDIA COSTIN: Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer a todos pelo convite, em nome da Presidente Comandante Nádia. Quero, rapidamente, pontuar algumas coisas. Nós estamos discutindo um projeto de lei que estabelece um sistema de seleção de diretores muito semelhante ao que o resto do mundo pratica. Ou seja, não conheço... Se nós pegarmos no PISA, que é um dos únicos exames que permitem comparar países, nenhum dos 50 primeiros países no *ranking* do PISA adota eleição direta de diretor de escola. No Brasil mesmo, os melhores sistemas educacionais – foi citado aqui o caso do Espírito Santo, tampouco faz eleição como um mecanismo de escolha. Por quê? Porque há uma convicção de que há alguns riscos, e a literatura é muito clara nesse sentido, o risco da captura corporativista, ou seja, pensar o papel do diretor simplesmente em olhar para questões pessoais de professores; ou ainda, o risco de que o diretor não se comprometa com o seu papel principal que, de acordo

com a literatura, é assegurar aprendizagem para todos com equidade. Ou seja, dar todos os apoios para que os alunos que tenham mais dificuldades aprendam – aqui foi mencionada a educação inclusiva, que eu acho muito importante –, e também garantir aprendizagem de qualidade para todos. Educação de qualidade, de acordo com a Agenda 2030, para pegar uma questão importante para a Unesco, não é você ter escolas com uma infraestrutura magnífica, é você ter aprendizagem de qualidade para todos. E uma coisa que me deixa muito triste, eu que sou muito conectada com o Rio Grande do Sul, viúva que sou de um gaúcho e tenho na família professores aposentados da rede municipal, é que os índices de qualidade de aprendizagem em Porto Alegre, apesar de ser o salário mais alto entre professores nas capitais, são baixíssimos, inaceitáveis. Nós temos que melhorar as condições, e melhorar as condições passa por valorizar profissionalmente o professor e o diretor, mas não é com a eleição direta que a gente garante isso. Então, ter competências claras para os diretores estabelecidas, ter um sistema que olhe para se esses diretores têm liderança pedagógica, que eu acho um ponto muito importante, e que crie um clima de colaboração, mas não é a eleição direta que garante isso. Então, eu quero me posicionar a favor, eu que comecei minha vida profissional como professora de educação básica, continuo conectada com a educação a vida inteira, muito importante que a gente avance num método mais de acordo com as boas práticas nacionais e internacionais, e me posiciono a favor. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, senhora Claudia. Temos inscrita a Ver.ª Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom dia a todos e a todas que estão nos acompanhando, também quem está nos acompanhando pelo canal do YouTube da TVCâmara; saudar os colegas, professores e professoras que estão acompanhando, a administração pública através do secretário Leonardo Pascoal e a representação dos trabalhadores através do Simpa e Atempa, e em nome deles, saúdo os demais, e aos colegas vereadores.

Bom gente, nós estamos num debate que é bastante importante e nos custa muito caro, porque é um debate que tem relação com um objetivo que eu creio que todos nós temos em comum, que é a qualidade de aprendizagem dos nossos estudantes de Porto Alegre. Todos nós temos este mesmo desejo, temos este mesmo objetivo que é poder qualificar cada vez mais esse processo de aprendizagem. Eu ouvi atentamente todos que me antecederam, me chamou a atenção, vieram o Ivan e a Claudia Costin aqui, conheço há muito tempo, acompanho, são dois pesquisadores aí da área de educação, são economistas, mas foram para a área de educação; também sei que as suas experiências não são do chão da sala de aula e também sei que não moram em Porto Alegre, não são daqui do nosso Estado. Mas isso não diminui a contribuição que eles trouxeram para a nossa reflexão, que é sim a gente pensar como nós vamos fazer para qualificar a aprendizagem de Porto Alegre. Mas o fato é que nós precisamos conhecer Porto Alegre, nós precisamos estar a par da realidade de Porto Alegre. Uma dessas realidades é informar que nós temos, sim, o VAAR aplicado e cumprido desde a lei anterior, pois nós já estávamos com ele em curso. Então isso é uma informação que eu acho que o Ivan não tinha, e eu precisava trazer para o Ivan, porque sim, nós já estávamos condicionados com o modelo de lei anterior. O que nós estamos discutindo aqui, e aí a minha discussão vai ao encontro do que o projeto apresenta, não há um critério dizendo que a qualidade da aprendizagem também não vai ser melhor no modelo que nós temos hoje. E por que eu trago isso? Porque nós temos um histórico em Porto Alegre, nos últimos anos, principalmente nos últimos 10 anos, em que nós não tivemos uma política efetiva de educação na cidade. Nós tivemos nos últimos quatro anos, cinco secretários de educação, por “n” razões que já foram citadas aqui por outros colegas, nós tivemos uma mudança brusca de gestão maior dentro da secretaria. Nós não tivemos políticas públicas efetivas dentro da secretaria. Nós, como disse a Fabi, que muito bem conhece a rede, foi a última, antes da Aline, presidenta do Conselho Municipal de Educação, as nossas resoluções do Conselho não são aplicadas pela secretaria de Educação. Então, nós estamos falando de um Município que não faz o que orientam os

pesquisadores, os que construíram de forma democrática aquilo que se preconiza para melhor termos na educação. Então, a gente ficar aqui discutindo a eleição ser direta ou não ser direta, contra ou a favor – eu acho isso um absurdo –, sobre aquilo que nós temos que, de fato, discutir: profissionais da pedagogia. Eu estou aqui trazendo uma percepção de que nós precisamos sim ter pessoas qualificadas para estar na gestão da escola. Mas a gente também precisa lembrar que a escola não é empresa; nós precisamos lembrar que as pessoas que vão estar na gestão da escola precisam conhecer a escola, precisam conhecer a comunidade em que atuam, precisam saber das necessidades... E é sobre isso o debate que a gente deveria estar fazendo. É sobre isso! Quando nós fazemos uma seleção para qualificar ou para credenciar a pessoa a ser gestora, eu acho excelente. Agora, foge quando a gente pega e indica e decide quem vai ou quem não vai assumir. Uma coisa é eu fazer um processo de seleção para dizer que o profissional está habilitado a ser diretor, outra coisa é eu dizer quem eu quero que seja diretor, que é o que esse projeto apresenta. Esse projeto apresenta um banco de gestores escolares independente da classificação, é assim que o governo vai nomear os diretores. Este projeto, por exemplo, não diz que o profissional não pode estar em estágio probatório, o que para mim tem que estar, o profissional tem que ter passado pelo estágio probatório. Este projeto deveria, minimamente sim, qualificar as pessoas para estarem credenciadas, mas possibilitar da comunidade escolar definir, decidir sobre quem eles querem que assuma a escola, por confiança, por relação afetiva e por conhecer a comunidade, porque é isso, não há aprendizado se não há afeto, se não há confiança, se não há relação. E, com certeza, a forma de embutir, de indicar, de colocar alguém dentro da escola, que não seja através de um processo combinado com a comunidade, com certeza, não vai ser isso que vai melhorar os índices da educação. Pode até elevar, porque pode até burlar, e desculpe aqui, eu tenho a liberdade de poder dizer isso, pode até elevar, mas não vai ser condizente com a realidade da comunidade. É isso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Verª Grazi. Inscreve-se a deputada estadual Sofia Cavedon.

SRA. SOFIA CAVEDON: Bom dia, Presidente, Ver.ª Comandante Nádia; bom dia à ATEMPA, ao Simpa, Bete, Cindi, Rosele; pessoal, desculpa eu não citar todos, é que o tempo é bem curtinho; secretário Pascoal, secretário Coronel. Gente, primeiro nós temos uma divergência profunda sobre o que é qualidade da educação e o que é que, quais são os insumos para que ela se obtenha. Então, divergência sobre qualidade e divergência sobre o que implica nela. Eu ouvi o Todos Pela Educação, todos nós conhecemos a representação da visão empresarial sobre a educação que vocês têm, dos empresários e empresárias deste Brasil, dos sistemas de ensino estruturados, da avaliação em larga escala. Eu quero dizer que nós discordamos profundamente dessa visão de educação que usa a métrica – o IDEB, única exclusiva métrica – o IDEB, que é uma prova de português e matemática que considera, sim, a evasão e a reprovação. Quem lê essa cartilha e aplica profundamente, como a secretária Raquel Teixeira, ela tem feito 50 mil estrategemas para tentar que os alunos não tenham reprovação, é uma prova mais uma, mais uma, agora determinou que pode passar de ano sem passar em várias disciplinas. Ela está fazendo de tudo, limpando a chamada agora para não dar evasão, porque não há jeito, não há jeito de obter resultado que ela está obtendo, e ela se orgulha de ser do grupo, ela está obtendo a expulsão das escolas estaduais, 56% dos jovens de 15 a 29 anos estão fora da escola no Rio Grande do Sul.

O IDEB nega a condição do sujeito, do ser humano de ser diferente, de aprender em tempos diferentes e de aprender de muitas maneiras e de evoluir de muitas maneiras, que não é só com português e matemática. A rede municipal, ela é uma rede estratégica, histórica, porque ela se opôs ao que aqui se diz que a maioria no mundo está fazendo, porque a maioria do mundo pratica uma escola excludente, que naturaliza a exclusão, que estabelece uma peneira e vai peneirando os melhores, entre aspas, melhoras - melhores - mulheres.

Na semana passada, a Orquestra Villa-Lobos apresentou-se no Teatro CIEE, um espetáculo belíssimo, em homenagem à Elis Regina, com cantores, com artistas de alto nível. É uma orquestra que é resultado da escola pública municipal, que hoje dizem que não tem resultado. Nós já fomos e somos, campeões de robótica. Nossa professora Cris, da Villa Lobos, também está coordenando o encontro Mundial de Robótica. Nossos alunos são medalhados muitas vezes. Nós já tivemos grupos de dança em todas as escolas, de robótica em todas as escolas, informática em todas as escolas. Nós já tivemos educação física digna, respeitada, estruturada e com grupos competindo e com meninos e meninas desenvolvendo projetos de vida na área da educação física. Então, há muitas dimensões! Nas artes plásticas, nós fomos *top*, fazíamos o Encontro da Cultura, Rozane Dal Sasso, te cumprimento. A rede municipal se reinventou, porque educação são muitas dimensões, aprendizagem e desenvolvimento, por isso nós somos campeões de inclusão escolar. Claro, estamos perdendo isso progressivamente. São 20 anos de governos que erraram muito na educação, além de desviar recursos públicos, aqui já foi falado, mas sem projeto pedagógico (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) sem compromisso com investimento, não paga o piso. Porto Alegre é um vexame nacional, 20%, 30% abaixo do piso nacional na carreira. Então, nossa divergência está aí.

A outra divergência é o que é a responsabilidade com a democracia - só tenho um minuto, e uma audiência pública neste horário, os professores e professoras não podem participar. E a responsabilidade em criar sujeitos democráticos e fazer educação para a democracia. Nossa visão de que praticar na escola, na sala de aula, há professor, há o diretor, conselho escolar, conferências de educação que deveriam estar sendo realizadas, porque tem que fazer um novo Plano Nacional da Educação brasileira. Mas vocês optam por outra coisa, optam por colocarem diretores que vocês retiram a qualquer momento, que sejam fiéis às suas orientações, que evitem denúncias sobre os insumos que não estão na escola, resultado do desinvestimento em educação por Porto Alegre.

E, para encerrar, Presidente Nádia, a secretária Raquel, ela está respondendo, o Ministério Público de Contas pediu uma auditoria da infraestrutura das escolas do Estado do Rio Grande do Sul e no documento que pede uma auditoria geral sobre projetos, sobre bibliotecas, sobre salas, sobre refeitórios, sobre RH, eles dizem, argumentam – com bibliografia! – o quanto a estrutura da escola impacta na aprendizagem e no sucesso escolar. Portanto, há muita bibliografia do outro lado, que fundamenta uma educação para todos e todas de verdade se desenvolverem, não serem excludentes e não serem objeto de uma interferência privada na educação pública. Nós não queremos nossos professores assediados e nossos diretores assediados, impostos a uma autocensura, sendo mandaletes de um governo que não tem projeto pedagógico, lamentavelmente, mas sim exploração e privatização de mais uma fatia do que é de todos, que é a educação. Assim como está vendendo o DMAE, assim como vendeu a Carris, não tem visão de direito à educação, de direito ao transporte público, mas é uma visão mercadológica, que só lamento que a sociedade tenha aprovado e que terá o nosso combate permanente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, deputada Sofia Cavedon. Eu gostaria de informar a todos aqui, os participantes, que a audiência pública acontece mesmo com uma ou duas pessoas, ela é um ato, um rito, que tem a base legal dentro da Câmara de Vereadores, não é possível repescagem, Ver.ª Juliana, a senhora já está acostumada com as audiências públicas. Quem decide o formato, se é virtual ou presencial, é a presidência da Casa, e mais do que isso também dizer que quem não está em Porto Alegre também tem o direito de se manifestar, inclusive quem é cedido da educação para a Câmara de Vereadores também tem o direito de fazer a sua manifestação, pois estamos aqui num momento democrático.
Como não temos mais nenhum inscrito, passo a palavra, conforme o combinado no início dessa nossa audiência pública, ao Simpa. Pergunto à ATEMPA e ao Simpa se irão também dividir o tempo? Cindi?

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Sim.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Inicia pelo Simpa a Sra. Cindi, cinco minutos, um minuto para encerrar, eu lhe aviso; e passo para a professora Rosele, da ATEMPA.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: *Ok*, muito obrigada. Então, vou tentar fazer o possível para não repetir algumas questões que já foram trazidas aqui, mas, objetivamente, este formato, esta metodologia de conceder a possibilidade de ter audiência pública, ela está cada vez mais confirmada para nós que não há intenção nem do governo municipal, nem da sua base na Câmara Municipal, de fazer com que haja publicização desse espaço, dessa possibilidade de debate, acontecendo, como está acontecendo agora, como tem acontecido nas audiências públicas do DMAE, um número bastante restrito de participação. Em relação a do DMAE, inclusive, só quem faz a chamada pública é o Simpa. O governo, na última audiência pública, distribuiu um panfleto, inclusive, com informação atrasada.

Mas quero trazer aqui uma questão que para nós fica mais do que evidente depois de todas as falas, tanto as que concordam com o conteúdo deste projeto quanto com as que discordam. Nós temos sim, secretário Pascoal, uma narrativa construída, que nós estamos aqui, os que não concordam com este projeto, porque está colocado dessa forma, tem a qualificação de quem é a favor ou quem é contra, os que dizem contra este projeto, eles trouxeram aqui, e obviamente são dois ouvidos e uma boca só, como disse o Ver. Jonas, quem sabe vocês passam a poder, porque está gravada esta audiência pública, a ouvir com um pouco mais de engajamento, com um pouco mais de disponibilidade o que foi trazido aqui em relação a questões do tipo, o que significa para nós ouvir, Ver.ª Cláudia Araújo, que os bons continuam. Em que contexto isso está colocado? No projeto? Então não tem seleção, já existe uma pré-seleção. Quando a Cláudia traz para nós aqui, eu também o conheço, Grazi, também conheço o Ivan Gontijo, inclusive na intervenção do Todos pela Educação no

Consed, e a gente sabe que sim, é uma fala da iniciativa privada dizendo que tem que interferir, sim, dentro da escola, porque tem os melhores salários. Não tem! Busquem lá, qualquer informação pública hoje, inclusive das assessorias econômicas que são disponibilizadas por sindicatos, vocês vão ver ali um fato que é concreto. Historicamente, a rede municipal de ensino tinha o maior salário da Região Metropolitana, hoje é o menor. O secretário sabe que ele conta com a possibilidade de não ter todas as vagas preenchidas nos concursos que ele vier a fazer daqui por diante, porque não há mais desejo, não há mais expectativa de ser servidor ou servidora pública municipal, no caso da educação, e ter uma ascensão na sua vida profissional, porque não temos mais carreira! Isso foi desconstituído, não é o tempo que corrói, nós não estamos falando de castelo de areia, nós estamos falando de gestões, uma após a outra, desconstituindo o que nós tínhamos de estrutura, deputada Sofia, que nos garantia, que nos dava condição de ter excelências para apresentar para o mundo, em relação aos exemplos que foram construídos aqui na cidade de Porto Alegre, que alguns de nós, como eu, que fui diretora de escola também, tive o privilégio de viver. Não é simplesmente porque era um partido de esquerda, é porque a concepção que construiu o nosso trabalho, ela se dá, sim, com o fato de que todos os espaços de uma escola são espaços pedagógicos, sim. A direção da escola tem que saber de tudo, desde o vaso sanitário que entupiu, a telha que quebrou, o bufê da cozinha que não funciona, tudo, e dentro da sala de aula também, quais são os equipamentos, a estrutura física necessária para dar conta do desenvolvimento de um trabalho pedagógico coerente com a realidade daquela comunidade que a gente atende, e com o seu desenvolvimento em termos... (Ininteligível.) ...e necessidade.

Nós temos uma rede municipal, para quem não conhece, composta agora de 100 escolas, que estão 99% em locais de vulnerabilidade social, e nós precisamos, para além do reconhecimento disso por parte dos gestores da SMED, precisamos também que eles reconheçam a necessidade da rede de atenção, que não é como um atendimento remoto da saúde dentro de uma sala que traz o professor junto e deixa a turma sem professor nesse momento. É a

assistência social que está desmontada, que tem que ser reconstituída, é a saúde nos postos de saúde que estão todos terceirizados, que está desmontada, que tem que ser reconstituída. Enquanto nós não pudermos ter de volta, e tínhamos e funcionavam muito bem, as redes e as redinhas, nós não teríamos possibilidade de dar conta de todas as insatisfações em função da exclusão social que essa comunidade que a gente atende lá dentro da escola. Não é possível isso acontecer.

Então não é o problema da direção da escola, não é o problema do professor ou da professora que não gosta desse ou daquele, é da falta: falta de professor, falta de gestão, falta de compromisso desse governo municipal com a gestão pública municipal de qualidade para todos, que é isso que a gente diz o tempo inteiro e não nos escutam. Essa que é a questão, aí que está, aí que se coloca o processo da eleição de diretores. Para nós, não é um processo de eleição, é um processo de escolha de quem é que vai executar com mais maestria a agenda autoritária que esse governo está querendo construir dentro da escola, e nós não vamos deixar de resistir a isso, podem ter certeza.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Cindi. Seis minutos. Aí fica a Rosele com quatro minutos.

SRA. ROSELE BRUNO DE SOUZA: Então, para finalizar, a gente ouviu o Ivan, ouviu a outra professora, a professora Costin, só quero trazer aqui algumas coisas, acho que os dados estão bem desatualizados, desde a questão do VAAR, que a gente já atendia os critérios. E sobre a questão do salário também está bem desatualizado e trazendo a referência de outros lugares do mundo, onde o processo seria semelhante, duvido que em outros lugares do mundo exista, de forma tão escancarada, a questão do escrito como critério confiabilidade ou como aderência. Isso é muito grave, isso não é constitucional, e, como diz o secretário, aqui a gente está criando uma narrativa: são fatos e contra fatos não tem argumento. São 30% a menos no salário, e uma gestão que disse não poder pagar 4% de reajuste, mas pode ampliar FG, pode colocar uma

série de penduricalhos que vão colocar uns contra os outros nas escolas, num projeto de lei que vai ser outro, que já foi inclusive com as gratificações para metas. Então também pergunto a esses senhores se eles analisaram os dados da rede municipal e viram quantos anos essa rede ficou sem professor de português e de matemática antes da realização das provas que eles usam para falar dos índices, porque o índice do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – vinha aumentando. Foi o prefeito Melo entrar que o índice caiu, então a gente pode dizer que foi o prefeito Melo que fez os índices de Porto Alegre reduzirem. E agora ele vem com a desculpa de botar na conta das direções o problema do IDEB? Isso é muito grave, grave porque ele não olha para a falta de condições das escolas que foi causada pelo seu governo. Tu teres quatro anos de governo e quatro secretários não é pouca coisa, gente. Nunca na história se teve isso. É um absurdo o que a gente viu em Porto Alegre. Fora as questões pedagógicas que, como eu disse, não tivemos nenhuma proposta pedagógica. E aí agora vem, trazem de volta um projeto estruturado, que volta o Ivo [Ivo Viu a Uva], a Belinha quase, para depois mascarar os dados, porque é isso que vai acontecer, gente. Vocês podem ter certeza de que esses dados vão ser mascarados, porque é muito fácil, como a deputada Sofia explicou, é muito fácil a gente manipular dados de provas.

Então, assim, eu deixo aqui a nossa solicitação para que esse governo olhe para o que está acontecendo nessa rede. Se ele quer melhorar os índices, ele precisa primeiro começar colocando professor de qualidade. E professor de qualidade, como disse o secretário que não quis renovar o concurso, porque disse que os professores que passaram não têm qualificação? Quem é que, com qualificação adequada, vai querer fazer um concurso com salário do jeito que está em Porto Alegre, gente? As pessoas estão se exonerando para ir para outras redes. É só olhar o DOPA – Diário Oficial do Município de Porto Alegre –, é só fazer ali uma tabela e verificar. É muito grave, então a gente vem aqui dizer: primeiro, que não dá para ter um projeto de lei com critérios subjetivos; não dá para ter um projeto de lei que onera o Município a cada dois anos, porque o processo – está lá no art. 8º –, o processo tem que ser feito independente da necessidade, e vai ter

que ser feito de dois em dois anos. Não dá para a gente olhar para índice e não entender qual a parte desses índices que tem a ver com a falta de RH, com a falta de condições nas escolas. A gente tem escola com problema de falta de água, a gente tem escolas com problema de chuva, de água nas salas de aula quando chove. Então, assim, pessoal, não dá para querer colocar na conta das direções e achar que eu coloco as direções do jeito que eu quero, elas não vão denunciar nada de errado e os índices vão melhorar. Se os índices melhorarem, vocês podem ter certeza de que eles vão melhorar porque foram manipulados, porque não existe mágica. Não existe índice melhorando sem professor de qualidade, sem professor da área, porque o que a gente faz é segurar a escola dando aula com qualquer professor, porque não pode mandar aluno embora. E eu também acho que não pode mandar mesmo, não é porque é periferia que os alunos podem ir embora e ficar sem aula. Agora, querer colocar na conta de quem faz milagre nessa rede é muito grave e é muito cruel o que a gente vive em Porto Alegre. E Todos Pela Educação gostam de falar de Porto Alegre, que venham conhecer e que nos perguntem, porque a gente tem bastante dados para fornecer para eles. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Rosele. O Simpa e Atempa usaram 11 minutos, o governo terá também 11 minutos, *ok*? O governo, não sei se é o secretário Leonardo ou o secretário André Coronel, enfim, fiquem à vontade.

SR. LEONARDO PASCOAL: Obrigado, Presidente. Mais uma vez, reitero, em nome da administração municipal, agradecimento por este momento que a gente pode, mais uma vez, estar apresentando os argumentos que levaram a Prefeitura a enviar esse projeto de lei à Câmara Municipal. Reitero, porque essa não é a primeira discussão que participamos sobre esse tema, que a gente segue sempre à disposição para dialogar sobre esse projeto e outros que, no caso específico aqui da educação, estejam em análise, em discussão no Poder Legislativo.

Já estive na Comissão de Educação falando sobre esse tema e todos os requerimentos, pedidos de informação que essa secretaria recebe, a gente prontamente trata de responder. Agora, o que a gente não pode é ser cobrado por pedidos que, eventualmente, não tenham chegado a esta secretaria, como é o caso de alguns que foram trazidos aqui ao longo dessa discussão, mas a gente está sempre à disposição.

Também, eu vou procurar ser o mais objetivo possível, ouvi atentamente todas as manifestações, e elas são absolutamente legítimas, são democráticas, mesmo aqueles que têm uma visão divergente, seja do projeto específico ou mesmo divergente de mundo em relação à que eu, pessoalmente, possa ter ou que, até, institucionalmente, a administração possa ter. Mas me causa estranheza algumas manifestações específicas como, por exemplo, a crítica contundente que foi feita ao IDEB por parte de uma parlamentar do Partido dos Trabalhadores, quando o IDEB foi criado, justamente, num governo federal do Partido dos Trabalhadores. Então, isso é uma manifestação um tanto incoerente, visto que o índice foi criado e, felizmente, mantido ao longo das últimas décadas, foi criado sob a égide de um governo do Partido dos Trabalhadores, partido da própria parlamentar que atua, historicamente, nesse partido. Mas talvez isso seja por conta de que, quando essa parlamentar esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação, o SAEB seguinte colocou Porto Alegre como o último lugar entre todos os municípios, entre todas as capitais do Sul e Sudeste, e no pelotão de trás entre todas as capitais do Brasil. Estou falando do SAEB 2005, ou seja, 20 anos atrás. Portanto, os problemas em termos de aprendizagem da rede de educação de Porto Alegre não são problemas que surgiram nos últimos quatro, nos últimos oito anos. Eu estou falando de uma avaliação feita há 20 anos e sob um governo federal do PT, que foi quem criou o IDEB também, e partido cuja parlamentar era filiada e permanece filiada até hoje. Talvez por esses resultados não serem positivos é que se queira desconsiderar o índice. É como quando o paciente está com febre e, ao invés de tratar a febre, é melhor quebrar o termômetro. Tem muitos que preferem quebrar o termômetro, não é o meu caso, eu prefiro que a gente possa tratar essa febre nas diferentes

dimensões que ela possui. Ninguém está creditando os resultados educacionais de Porto Alegre, os resultados educacionais ruins de Porto Alegre exclusivamente aos gestores escolares. Em nenhum momento isso foi falado, em nenhum momento isso está constando no projeto. É mais uma narrativa que se tenta criar e mais uma que, mais uma vez, também não vai colar, porque ela não é verdadeira. Agora, o que fica muito claro nesta audiência pública é que a gente tem duas visões, o que é absolutamente democrático. Uma visão se sustenta na legislação, na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na emenda constitucional do novo Fundeb, na lei que regulamentou o novo Fundeb, em vários outros dispositivos legais e infralegais do nosso País e que se sustenta também nas melhores evidências científicas em relação ao que é praticado no Brasil e fora do Brasil em relação a redes que tiveram êxito nos seus indicadores educacionais, sobretudo indicadores de aprendizagem. Essa visão, que é a visão que nós defendemos e que está expressa neste projeto de lei, está sustentada nisso. De outro lado, está se sustentando apenas em narrativas criadas, porque não houve nenhum elemento aqui concreto, objetivo que se trouxe nesta discussão, e novo, especialmente, que pudesse dizer que ter um processo de habilitação para o exercício dessas funções é algo que prejudica o funcionamento de uma rede escolar. E mais grave ainda, eu vejo aqui servidores fazendo ataques contra colegas servidores, partindo de premissas absolutamente... (Problemas técnicos no som.) ...premissas que, muitas vezes, fazem com que esses que falam usem uma... (Problemas técnicos no som.) ...que talvez seja a sua e que é... (Problemas técnicos no som.) ...a gente observa em termos da correção dos nossos servidores municipais. Porque dizer que um servidor, por estar recebendo uma FG de mil e poucos reais, vai fechar os olhos para eventuais irregularidades que essa pessoa, eventualmente, possa ver em qualquer momento da sua história, da sua vida funcional é querer nivelar todos os servidores como se fossem incapazes de exercerem as suas atribuições, porque isso, inclusive, é crime. O servidor público que, diante de uma irregularidade, recebendo ou não FG, ele não a denuncia, ele está cometendo prevaricação. Eu tenho absoluta convicção de que os servidores de

Porto Alegre, não apenas da educação, mas os servidores públicos de um modo geral, todos eles são muito conscientes dos seus deveres, e não é uma FG, do valor que for, que vai fazer com que essa pessoa abra mão dos seus deveres funcionais. Quem diz isso está medindo com uma régua moral muito equivocada. Eu tenho absoluta convicção, Presidente, que, a partir da análise, discussão e deliberação desta Câmara Municipal, em tendo a aprovação que nós pedimos e que ela possa ser realizada o quanto antes, para que possamos já deflagrar esse processo de habilitação, a gente vai ter um ganho muito substancial na qualificação da gestão escolar no Município de Porto Alegre, na nossa rede municipal, quer com servidores que já estão no desempenho dessa função, quer com outros que possam ser convidados a exercer essas funções a partir desse processo de habilitação, porque isso também nos permitirá que muitos que têm competências e habilidades para o exercício dessa função e que hoje não estão nessas funções também possam exercer, se assim forem devidamente aprovados ao longo das cinco etapas de habilitação. Desejamos que essa aprovação possa ocorrer. Todo esse processo vai ser feito, a exemplo de um concurso público, por banca externa, para garantir também a lisura desse processo. Nós não queremos um processo com viés, um processo direcionado, nada disso. Vai se dar justamente por uma banca contratada, que é a mesma forma que a gente e todo o resto do Brasil fazem concurso público, contratando uma instituição externa para fazer esse certame. Presidente, obrigado pela oportunidade, a gente segue sempre à disposição para o bom diálogo, para o bom debate e, claro, firme nas convicções que temos e que estão amparadas na legislação e nas melhores evidências científicas do que funciona e do que não funciona. Muito obrigado, um ótimo dia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, secretário Leonardo Pascoal. Cumprimos aqui os ritos, está encerrada a audiência pública que fala sobre o Projeto de Lei nº 027/25. Muito obrigada a todos aqueles que hoje aqui estiveram, e uma boa semana sempre repleta de bênçãos e muita proteção de Deus. Obrigada.

(Encerra-se a reunião às 10h58min.)